

AS REAÇÕES À PROPOSTA

Se depender do entusiasmo dos líderes dos maiores partidos no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, e deputado José Lourenço, do PFL, a sugestão de uma cadeia nacional de rádio e televisão para divulgar diariamente os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte não deverá prosperar. Ambos enfatizam a necessidade de entendimentos em torno da questão, já rotulada de polêmica, mas não avançam em nada que sugira a vontade de tornar concreta a sugestão, incorporando-a ao regimento que norteará os trabalhos.

Mas este não parece ser o sentimento predominante entre os constituintes, muitos dos quais enfatizam a conveniência de um tratamento diferenciado na divulgação dos trabalhos, por considerá-lo vital para a compreensão e a participação popular. Contudo, nenhum partido parece querer de verdade um tempo longo no rádio e na televisão, com o receio de cansar o País inteiro, e muito menos programação nos fins de semana. Além disso, há quem defenda o ressarcimento parcial ou total das empresas dos custos de produção e do tempo cedido.

Os líderes

O líder Fernando Henrique Cardoso pondera que produzir uma hora diária para tevê "é uma coisa fantástica, não é simples, e corre-se o risco de fazer mal". O senador lembra que *A Voz do Brasil* não está suspensa e, como 30 minutos são dedicados

à divulgação das atividades do Poder Legislativo, esse tempo poderia simplesmente ser utilizado pela Assembléia. Em relação à tevê, preconiza um melhor aproveitamento das emissoras oficiais, a Radiobrás e as educativas, sintetizando: "A tendência é não fazer nada impositivo, a exemplo dos programas da Justiça eleitoral. Com as emissoras privadas, vamos ver".

A tarde, Fernando Henrique recebeu em seu gabinete o presidente da Abert, Joaquim Mendonça, e ouviu com atenção os argumentos contrários à idéia. Depois do encontro, lembrou que os partidos políticos têm um tempo bastante razoável na tevê, e no rádio três horas diárias para programas oficiais.

Já o líder do PFL, José Lourenço, prefere tratar do assunto sem entrar em minúcias: "Acho que deve ser estudado, avaliado e submetido à decisão. Eu mesmo vou estudar. Mas duas horas diárias? Então é melhor deixar o dia inteiro", ironiza.

Propostas

Alheios a tais princípios de orientação das lideranças, alguns constituintes formalizam propostas, como Bete Mendes (PMDB-SP), que defende 30 minutos diários no rádio e na televisão, assim distribuídos: 15 minutos entre 7h30 e 8h para apresentação e análise das discussões da véspera, anúncio dos trabalhos do dia, e participação de dois políticos de partidos diferentes que exporiam seus pontos de vista sobre algum tema da Assembléia,

com dois minutos e meio para cada um. cinco minutos entre as 20h e 21h para as notícias principais do dia. Finalmente, dez minutos entre as 22h e 23h para apresentação das tendências das decisões.

A proposta de Bete Mendes agrada ao líder do PDS, deputado Amaral Neto, que a considera boa para uma discussão. O deputado defende com intransigência o tempo na tevê, e acredita que haverá um acordo. Ele entende também que as emissoras devem ser ressarcidas generosamente pela própria Assembléia, considerando que o Poder Executivo não deve intrometer-se na parte financeira da questão, sob pena de querer ou tentar uma supremacia que venha a significar interferência: "Nós mesmos vamos determinar isso", afirma.

O deputado Amaury Muller, vice-líder do PDT, informa que o partido quer 15 minutos diários no rádio e na televisão, de segunda a sexta-feira, e de preferência em três blocos de cinco minutos, pela manhã, à tarde e à noite: "Isso para sintetizar os trabalhos da Constituinte; e rigorosamente pessoais, para não privilegiar ou discriminar ninguém". Um espaço maior, na sua opinião, "levaria à saturação, à monotonia, à asfixia, e acabaria por desrespeitar a imagem da Assembléia".

No PT, conforme o deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP), a idéia é de uma hora diária no horário nobre, embora o partido esteja aberto a negociações. Além

de defender uma programação bem diferente da apresentada pela Justiça Eleitoral na campanha de 85, o PT aceita ressarcir as emissoras dos custos de produção, mas não do horário cedido.

Para o representante petista é fundamental que o povo conheça a Constituição, "para que venha a ser forte e respeitada: se participar de sua feitura, terá maior interesse em preservá-la", observa.

O senador Mário Covas (PMDB-SP) considera suficientes 30 minutos diários para a divulgação dos trabalhos constituintes, salientando que a questão deve ser bem pensada e negociada. Ao considerar que a Assembléia é o mais importante fato político dos últimos 20 anos, acentua ser impossível não divulgá-la cuidadosamente.

O líder do PC do B, Aldo Arantes, defende 30 minutos no horário nobre da tevê e uma hora para o rádio, diariamente. Além disso, quer conferir poderes para a Assembléia convocar cadeias nacionais de rádio e televisão quando julgar oportuno. O deputado não admite nenhum ressarcimento às emissoras.

A julgar pelos primeiros contornos que o assunto ganha na Assembléia, tudo indica que os debates serão duros e qualquer solução não será fácil. Se o tempo no rádio e na televisão for obtido, os defensores da idéia acreditam que a participação popular será bem maior, com destaque para as pressões por uma Carta mais progressista.